

**Pontes feitas apenas “com papéis” não transpõem abismos?
As relações de gênero entre novas formas de pensar a história e o ensino
de história**

Ana Carolina Eiras Coelho Soares¹

Danielle Silva Moreira dos Santos²

RESUMO

O presente artigo visa refletir sobre a produção de aulas oficinas e textos de apoio propostos com o objetivo de promover entre as/os aluna/os novas maneiras de se pensar a história, dando visibilidade às mulheres, as feminilidades e masculinidades e as questões de gênero. Neste sentido, as mulheres esquecidas são recolocadas e recuperadas na História. Por meio do incentivo da bolsa PROLICEN, fomos levadas a analisar de que forma e o porquê as mulheres são, ou não, lembradas e solicitadas durante aulas de História. Assim, esse trabalho é uma pesquisa que busca levantar questionamentos, dúvidas e possíveis soluções, cujo esforço visa ampliar os debates acerca do ensino de História a partir dos estudos de gênero e história das mulheres que por meio de esforços como os dessa pesquisa invadem e transbordam o abismo no ambiente escolar.

Palavras-chave: Relações de Gênero; Ensino de História; Mulheres.

ABSTRACT

The present article aims reflect on the production of workshops and classes supporting texts proposed with the aim of promoting among / the student / the new ways of thinking about history, giving visibility to women, femininity and masculinity and gender issues . In this sense, the forgotten women are replaced and recovered in history. By encouraging the PROLICEN studies, we were taken to examine how and why women are or not remembered and requested during history lessons. Thus, this study is a research that seeks to raise questions, problems and possible solutions, whose effort is to extend the debates about history teaching from gender studies and history of women through efforts such as this research invade and overflow the gap in the school environment.

Keywords: Gender Relations; History teaching; Women.

1 Prof.^a Adjunta do Programa de Pós-Graduação em História/Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás; Coordenadora do GT regional de Gênero - Seção Goiás e Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero/FH-UFG/CNPq. Bolsista Pós-Doc FAPEG/CAPEs.

² Bolsista PROLICEN UFG e Membro do Grupo de estudos e pesquisa em gênero FH/UFG. Universidade Federal de Goiás.

A história é uma narrativa que busca organizar o passado e que sempre tenta ocultar suas possíveis intenções ou propensões. “As narrativas históricas, de fato, imprimem um sentido e uma coerência ao caótico movimento do real, escondendo, no mesmo movimento, a construção que a ordena.”³ É nesse caminho que grande parte das/os historiadoras/es tem refletido a respeito de seu ofício, mas nem sempre a história foi percebida enquanto uma construção empreendida pela/o historiadora/o a partir de vestígios do passado e intermediado pelo próprio presente da/o historiadora/o. Essa transformação ocorreu a partir da segunda metade do século XX, mais precisamente da década de 60 em diante. Desde então os paradigmas históricos⁴ tem sido contestados e a história deixou de ser vista como uma narrativa única, fechada, verdadeira.

A convicção, por parte de muitos historiadores, de que os objetos são criados, constituídos, e que o pesquisador é também uma espécie de narrador, tem conferido um deslocamento dos grandes paradigmas explicativos para uma História mais plural, diversa. (FEITOSA, L. C. 2008, p.122)

A percepção da história como a construção de um conhecimento sobre o tempo, um conhecimento que não se restringe apenas aos fatos políticos gerou também um novo olhar sobre os objetos e sobre as fontes, em outras palavras, novas versões e novas visões acerca do saber histórico.

Todas essas questões ganharam espaço e importância crucial nos centros acadêmicos, mas apesar de todo esforço para transpor essas inovações para o campo da educação e da vida prática ainda, percebemos que essas novas maneiras de pensar a história não fazem parte da realidade escolar de modo geral. Nos colégios privados a preocupação conteudística e a carga horária massacrante, cujo objetivo é basicamente garantir a aprovação

³ NAVARRO-SWAIN, Tania. Os limites discursivos da História. Disponível em: <<http://www.tanianavarroswain.com.br/brasil/limites%20discursivos.htm>> Acesso em Fev/2015.

⁴ Constata-se que existe atualmente uma crise dos paradigmas desde meados dos anos 1960, uma crise propiciada dentre outras coisas, pela aproximação da história com a literatura. Estabeleceu-se uma polarização entre o paradigma moderno e o pós-moderno. “De um lado o paradigma moderno considerava apenas a análise documental como suficiente para encontrar a verdade. De outro lado, o paradigma pós-moderno propunha emprestar a narrativa histórica uma autonomia que, até então, não tinha lhe sido concedida” (BERBERT JUNIOR, C. O. 2012 p.9).

das/os alunas/os em concursos e provas, torna a história uma compilação monótona de datas, antecedentes e consequências de fatos políticos pré estabelecidos em uma “linha do tempo”.

Desconsiderando a preocupação exacerbada em fazer a/o aluna/o ser aprovado, a mesma realidade em maior ou menor grau pode ser constatada nas escolas públicas. Nessas escolas a/o professora/o tem melhor autonomia para conduzir a aula da forma que achar mais pertinente, desde que não abandone totalmente os conteúdos programáticos e currículos. Essa oportunidade de fugir de uma perspectiva tradicional e engessada do ensino de História, não tem sido muito bem explorada pela/os professora/es, “a noção de que a História seria uma ciência de memorização de fatos e grandes personagens do passado, característica da perspectiva positivista, ainda tem sua permanência na ação pedagógica de muitos educadores”⁵. (ROLIM, 2009, p.9). E evidentemente é importante resaltar que essa noção desatualizada da/o professora/o de história não é uma realidade que se faz presente apenas nas escolas públicas. Basicamente, a origem dessa noção tradicional e positivista da/os educadora/es remonta desde a formação da/o professora/o, passando pela falta de tempo para se dedicar a pesquisa e preparação das aulas (devido à pesada carga horário de trabalho), bem como em alguns casos o sentimento de desmotivação em relação à escola, o ensino e as/os alunas/os.

Outra questão recorrente é o uso livro didático, ou na verdade, o mau uso do livro didático em sala. Geralmente seu conteúdo, que já é problemático em vários pontos, é apenas reproduzido passivamente pela/o professora/o. Sendo assim não é difícil as/os alunas/os chegarem à conclusão equivocada de que a história é apenas aquilo que está no livro, daquela forma pronta, acabada e incontestável. Não são raros as/os professoras/es que contam com o livro didático como o único instrumento didático-metodológico, e acabam se apegando a ele de tal maneira, que não problematizam os conteúdos contidos nos livros, além de deixarem de investir em outros instrumentos e outras possibilidades de ensino na sala de aula (SILVA, 2007).

⁵ Essa debilidade dos professores segundo Rolim está também relacionada a uma formação de professores baseada em políticas educacionais de cunho neoliberal. (ROLIM 2009).

Cristiane Bereta da Silva em um estudo sobre as relações de gênero nos livros didático, não hesita em afirmar que até pouco tempo o feminino ocupava um espaço mínimo nos materiais didáticos:

É bem verdade que, na grande maioria das publicações passadas, elas não passaram de citações: mães, esposas ou filhas de alguns ilustres personagens históricos. Em outros, são heroínas, donas de “grandes feitos” e, assim, reverenciadas. Porém, como mercadoria, o livro didático precisa adaptar-se à demanda [...]. E a demanda, a partir da década de 1980, mas, principalmente, no decorrer da década de 1990, em relação a disciplina de História, foi no sentido de valorizar diferentes relações, sujeitos e ações históricas: mulheres, negros, indígenas, movimentos sociais, etc (SILVA, 2007).

Silva explica que apesar da incorporação desses temas que refletem sobre questões sociais, que revelam as desigualdades em suas várias instâncias, e do aprimoramento teórico e metodológico, partindo de revisões historiográficas, incorporação de imagem, sugestão de filmes e livros e diálogos com temas atuais, ainda existem problemas e incômodos quando o assunto é dar voz e espaço as mulheres e as relações de gênero nos livros didáticos. Apesar dos avanços, podemos perceber que a escrita tradicional e androcêntrica da história nos livros didático ainda não foi superada. É interessante que haja por parte da/o professora/o a reflexão junto com as/os alunas/os sobre os discursos vinculados ao livro.

Na prática, em geral, as aulas de história ainda são fechadas e até vazias, não corroborando com o consenso geral de que o ensino de história atua na formação de valores, da moral, do senso crítico e da cidadania da/o aluna/o, que é inclusive determinado pelos parâmetros curriculares⁶.

Pensar e indicar por que as/os professoras/es ainda pensam e trabalham dessa forma, negligenciando os livros didáticos e os avanços teóricos e metodológicos da produção histórica, carece de mais pesquisa de campo. Apesar da busca por uma origem e pela reflexão sobre esses problemas ser importante para a superação dos mesmos, esse não é esse

⁶ Parâmetros curriculares nacionais: história. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC / SEF, 1998. 108 p.

nosso foco. Temos como ponto de partida a ideia que os dificuldades e desafios que, lamentavelmente comprometem o ensino atualmente, não são obstáculos intransponíveis. Nosso esforço por meio do apoio e financiamento da bolsa PROLICEN-UFG⁷ é direcionado no sentido de propormos caminhos para aplicação e reflexão das temáticas relativas às relações de gênero no ensino de história no âmbito escolar.

Uma breve análise do currículo e sua aplicação.

Analisando brevemente o currículo estadual de Goiás⁸ na sessão de ensino de história para o nível fundamental, constatamos que para o 5º ano gênero é um dos conteúdos previstos do primeiro ao quarto bimestre. *“Compreender a relação de gênero no tempo e no espaço: entendendo e distinguindo a ação dos sujeitos históricos, homens, mulheres e crianças, ao longo da história da humanidade”* e *“Identificar a ausência da mulher nas narrativas históricas tradicionais”* é uma das expectativas de aprendizagem para as/os alunas/os do 6º ano em todos os quatro bimestres. No 7º ano *“discutir as representações sociais dos sujeitos históricos, brancos, negros índios e mulheres, ao longo da história”*, *“valorizar a luta pela igualdade de direitos de negros, índios e mulheres”* e ainda *“Discutir as representações sociais dos sujeitos históricos, brancos, negros índios e mulheres, ao longo da história”* são também expectativas de ensino que se mantêm para o 8º ano e 9º ano.

Portanto, curricularmente falando, no campo teórico e burocrático existe um avanço no que diz respeito pelo menos à incorporação do gênero aos currículos de história, ou seja, de certa maneira os há uma tentativa de incorporação e uma postura mais crítica da história. Entretanto, quando o assunto é a aplicação no cotidiano real, na hierarquia dos conteúdos dentro da

⁷ O PROLICEN, de acordo com as normativas da Universidade Federal de Goiás, “visa a valorização de Licenciaturas e a interação da Universidade com a rede pública de ensino. Esse programa visa incentivar a participação de discentes, através de concessão de bolsas, em projetos de natureza institucional, que invistam tanto na qualidade dos cursos, quanto na necessidade de garantir o ingresso, a permanência e a conclusão do curso pelos alunos das diversas licenciaturas e/ou propiciar uma efetiva articulação dos cursos de Licenciatura com os ensinamentos fundamental e médio.”

⁸ Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás. Disponível em <<http://migre.me/oNvDx>>

sala de aula, gênero e tudo que se relaciona a esse assunto, parece ainda ocupar uma posição desprivilegiada.

Apesar da evidencia e da importância que assume os estudos de gênero dentro do panorama atual dos centros acadêmicos, quando falamos da escola, ainda há resistência, falta de informação ou desinteresse em abordar essas questões por parte dos discentes que deveriam justamente contribuir fazendo a ponte entre as novas formas de pensar a história e o ensino da mesma, não apenas no que concerne ao ensino das relações históricas entre os gêneros. Para suplantarmos a hierarquização dos conteúdos, que tende a colocar gênero na categoria dos “menos importantes”, e para combater a falta de informação, o desinteresse e a resistência das/os professoras/es seriam necessários dar mais atenção à formação das/os docentes bem como, valorizar as escolas e o conhecimento escolar e abrir espaços para mais projetos nesse sentido.

Conversando sobre gênero e história: temas e ideias para a sala de aula.

Desde a segunda guerra, passando pela guerra e fria e pelo pós-colonialismo o ocidente viu o quanto seus ideais de progresso, civilidade eram frágeis e voláteis. A unidade composta pelo homem, branco, cristão heterossexual está sendo contestada cada vez mais. Nesse contexto pós-moderno, o ocidente precisou repensar seu caminho, sua ciência e sua cultura. Nesse sentido o mundo voltou os olhos para questões referentes à pluralidade cultural, as minorias e violências, sendo assim pensar sobre gênero é acima de tudo uma necessidade atual. Com sintetiza Lourdes Feitosa:

O interesse em refletir sobre gênero e sexualidade surgiu do conjunto de indagações proposto pela contemporaneidade na qual vivo. Ao longo do século XX, com o declínio do colonialismo e das muitas resistências em relação ao projeto de modernidade, ampliam-se as denúncias contra as desigualdades sociais, as diferenças injustificadas de cunho sexual e racial e as formas de dominação originadas pelas sociedades capitalistas, baseadas na exploração predatória do homem e da natureza e na promessa de um progresso, na prática, não acessível à grande maioria dos seres humanos. Nesse ambiente, tornaram-se mais frequentes as lutas contra as diferenças sociais, étnicas, religiosas, sexuais e de gênero,

entre outras, as quais propiciaram a organização de movimentos feministas, de operários, de negros, de imigrantes, de homossexuais e de outros grupos marginalizados pelas estruturas instituídas. (2008, p.123).

É inegável que todo esse contexto, aliado aos avanços tecnológicos mudou a forma de viver das pessoas, e propiciou reflexos diretos na forma de pensar a educação. Educar para diversidade é um lema recorrente. A inclusão nos livros didáticos, ainda que com muitas ressalvas como foi analisado anteriormente, de temas relativos as minorias e as desigualdades sociais é um sintoma desse novo panorama. Discutir gênero seja na história ou em outras áreas, em longo prazo pode contribuir com uma educação que valorize e respeite as diferenças. Além de propiciar uma visão crítica as/aos alunas/os, permitindo que estes sejam capazes de analisar os problemas sociais da contemporaneidade, problematizar as desigualdades sociais, raciais e de gênero, construídas historicamente, bem como avaliar criticamente os discursos de autoridade e legitimidade que compõe nossa sociedade.

É no período da adolescência que os jovens têm mais propensão a incorporar modelos de masculinidades e de feminilidade (MOLINA, 2013), por esses e por outros motivos, que serão apresentados ao longo do texto, é interessante levar aos jovens discussões a respeito de gênero e sexualidade, nesse caso a escola pode ser palco dessas reflexões. Podemos pensar as instituições de ensino como um canal para introdução das discussões de gênero na comunidade, impedindo que estes fiquem restritos apenas as universidades.

Dentre essas abordagens e debates, buscam-se novas referências para se entender os significados atribuídos à feminilidade e à masculinidade e rejeita-se a noção de que as motivações sexuais humanas sejam “instintivas” ou “naturais”, embora essas idéias ainda estejam arraigadas no senso comum, como se as concepções e valores morais sobre a sexualidade fossem e sempre tivessem sido os mesmos. (FEITOSA, 2008 p.124).

Dentre os objetivos estabelecidos a partir da bolsa PROLICEN está a separação de temas e a elaboração de material escrito, nos quais basearemos nossas oficinas que serão desenvolvidas ao longo da duração da pesquisa. Essas oficinas se aproximam em certa medida com o modelo proposto pela

professora Isabel Barca, quando está propõe que as/os alunas/os não sejam apenas meros receptáculos de conhecimento, é preciso que elas/eles dialoguem, falem sobre suas experiências e ao final possam avaliar suas colocações e suas conclusões e até mesmo seu cotidiano de maneira crítica. A aula oficina, diferente de uma aula colóquio, onde a/o professora/o apenas fala interminavelmente e as/os alunas/os escutam exaustivamente, é constituída a partir da confluência dos conhecimentos e saberes, ainda que o saber da/o aluna/o esteja totalmente voltado para o senso comum.

A/O professora/o, que nesse caso é uma/um pesquisadora/o e um mediador do conhecimento, deve ajudar as/os alunas/os a partirem do senso comum para chegarem a conclusões mais elaboradas. Ao final da oficina a/o aluna/o “deve exprimir a sua interpretação e compreensão das experiências humanas ao longo do tempo com inteligência e sensibilidade, utilizando a diversidade dos meios de comunicação atualmente disponíveis.” (BARCA, 2004).

Para concluir a oficina a/o estudante, por meio de dinâmicas individuais ou em grupos, deveram sintetizar as conclusões aos quais ela/e chegou, seja produzindo um poema, uma performance teatral, uma música, uma carta, um desenho etc. O uso e análise de fontes históricas em sala também é uma premissa dessa proposta, é preciso levar documentos, imagens, músicas, textos que possam ser usados para pensar as relações de gênero na história. É necessário estimular as/os alunas/os a lerem essas fontes, não com o objetivo de fazer destes “mini historiadores”, mas contribuir para que as/os alunas/os se aproximem mais da temática, entendendo ainda que superficialmente como é o fazer histórico, compreendam que a história é constituída a partir de visões e interpretações de vestígios que restaram do passado, e que por mais que ela esteja imbuída de “verdades”, ela sempre se esconde atrás de intenções, que propiciam a relevância e valorização de determinados conteúdos e perspectivas em detrimento a outros assuntos que ficam esquecidos ou relegados a algum quadro qualquer no canto do livro didático, apenas para cumprir tabela.

O percurso de cada uma de nossas oficinas seguirá os seguintes passos:

- ✓ Análise e discussão do documento (imagem, sátira, documentário etc.)
- ✓ Introdução do tema, leitura do texto de apoio, diálogo com as/os alunas/os.
- ✓ Avaliação.
- ✓ Apresentação das avaliações e debate final.

Será elaborada uma oficina para cada um dos temas selecionados:

- ✓ Sexualidade na antiguidade.
- ✓ Sexualidade no Medievo.
- ✓ A vida de D. Leopoldina, a Imperatriz do Brasil.
- ✓ Os Dzi Croquetes e a ditadura militar: sexualidade e resistência.

A preocupação em tratar a sexualidade na antiguidade vem da necessidade de problematizar as relações de gênero nesse período bem como superar a visão estigmatizada que a antiguidade tem de ser uma época marcada pela libertinagem insaciável, uma perversão constante e que só seria controlada com a Igreja na Idade Média. Os documentos selecionados para introduzir esse primeiro tema são trechos da sátira II do poeta Juvenal⁹. O gênero satírico tem por objetivo, por meio do escárnio, do exagero e da ironia, expor e criticar todos os comportamentos considerados imorais em determinada sociedade. Nessa sátira II, intitulada *Os hipócritas*, o poeta romano tece críticas severas àqueles que se comportam de uma forma em público e de maneira diferente em casa.

*“Malvados são aqueles, que em virtude
Mui falando, vivem torpes.”*

⁹ “Decimus Iunius Iuvenalis foi um poeta que viveu entre os séculos I e II d.C. Viveu nos principados de Domiciano (81-96), Nerva (96- 98), Trajano (98-117) e Adriano (117-138); e escreveu e publicou as suas obras no tempo de Trajano e Adriano, numa época em que Roma gozava claramente de uma maior liberdade de expressão, mercê da mudança política advinda após o assassinio do último dos Flávios, Domiciano. É nesse clima de relativo apaziguamento social e político que Juvenal encontra espaço para escrever sem disfarces sobre a corrupção da sociedade, sobretudo entre os que detinham poder e influência.” (CAVAVO, 2009, p.8)

O autor critica veementes os políticos e aristocratas, que estando longe dos olhares públicos, aproveitam para se maquiarem ou usar roupas femininas.

*“Ainda mais de um juiz! Censor austero,
Da liberdade mestre, esses vestidos
Impróprios são!”*

E em outro trecho o autor ataca homens que além de se vestir como mulheres praticam cerimônias restritas a mulheres e cultuam dessas da fertilidade.

*“Em seu gremio recebem-te os que adornam
De grinalda a fronte, e de colares
O pescoço, e os que empinam grandes taças,
E com ventrecha de leitosa pingue,
A Deusa Boa em seu favor inclinam.”*

Um homem, principalmente um cidadão ou nobre, que pratica atividades femininas como o tear, usa roupas transparentes, vestidos e joias, ou se coloca em uma posição passiva em uma relação sexual é alvo de críticas na sociedade de Juvenal.

O autor conserva uma postura clara contra esses *afeminados*. As relações sexuais entre os homens na antiguidade eram permitidas, (desde que o ativo fosse algum aristocrata, um homem livre ou um homem mais velho, e o passivo fosse alguém inferior impendente do sexo: uma mulher, um escravo, ou um rapaz jovem), contudo a imoralidade do homem residia em se portar de maneira afeminada, pois assim o homem estaria se desonrando na medida em que se iguala a mulher, um ser considerado imperfeito e inferior.

Seguimos pretendendo falar da sexualidade Medieval, inaugurando nossa oficina com um trecho de outro texto satírico. Nosso foco é evidenciar a misoginia e as medidas de controles estipuladas pela Igreja e pela sociedade, e quais as implicações dessas para a vida das pessoas desse período.

A Nau dos Insensatos do poeta germânico Sebastian Bran, é o texto-documento que pelo qual pretendemos iniciar a oficina. No capítulo chamado Do adultério, Bran tece algumas considerações interessantes.

“O adultério é visto como coisa diminuta, como reles pedrinha atirada por alguém. Não há mais ninguém que obedeça a proibição de Júlio César ou que receie o castigo ou a repressão, e assim os esposos quebram igualmente panelas e jarros: “Tu silencias sobre mim, eu silencio sobre ti”

O autor considera que as guerras e as doenças, como a peste negra que assolaram a Europa no Final do século XV, contexto em que viveu Bran, são causadas em grande parte, devido o comportamento pecaminoso dos seres humanos. No trecho acima ele se mostra indignado com a traição seja ela praticada por homens ou mulheres. Mas sobre a traição feminina ele é mais contundente. O autor faz menção a uma lei instituída ainda na antiguidade, a Lex Julia de adultério, que puni qualquer que fosse a pessoa que cometesse adultério. A igreja católica, nesse período, já consolidada também procurava meios de combater por meio de leis e sermões, a luxúria e o adultério, mas a necessidade do autor em criticar esse pecado, é um sinal que nem as leis nem a igreja conseguiram por fim ao adultério, o que desmistifica um pouco a idade média como um momento onde a Igreja tendinha poder total sobre as pessoas e seus corpos.

“Quem tolera que sua esposa seja adúltera e permanece com ela sob o mesmo teto, tendo pleno conhecimento do que se passa, não merece, a meu ver, ser chamando de sensato. [...] A mulher que provocou muitos homens torna-se tão torpe e descuidada que já não atente mais à honra ou a dignidade, mas apenas a seus próprios caprichos. [...] Cada qual deveria viver de maneira a não dar motivo de descontentamento para sua esposa: mantendo-a amiga, afetuosa e bonita; não dando ouvidos a cada toque dos sinos, e não gritando com ela a todo momento.”

O autor não faz nenhuma objeção direta ao adultério masculino, mas atribui ao homem uma parcela de culpa quando este é traído, ele sugere que homens que não cuidam devidamente de suas esposas estão mais facilmente sujeitos a serem enganados, nesse caso a esposa buscaria a traição como uma forma de punir e se vingar o mal marido. O perfil da mulher adúltera é justamente uma mulher egoísta que busca atender somente suas vontades, sem se preocupar com a honra, supostamente a honra do marido. E por fim para evitar oportunidades de ser traído pela esposa o autor sugere que o marido não permita hospedes em sua casa.

O principal objetivo como professoras/es de história, em abordar a sexualidade nas sociedades antigas e medieval, é mostrar que sexualidade é algo histórico e cultural fazendo com que as/os alunas/os deixem de entendê-la apenas sob o viés estritamente biológico. Sendo assim as regras do que são certo ou errado sobre sexo em um determinado momento histórico são construídas, assim como podem ser desconstruídas.

Partimos do pré suposto que a sexualidade é, sobretudo, uma construção sócio cultural e, portanto, não estática, mas sim histórica e mutável. Acreditamos que em todo processo de interação professor-aluno, e escola-família, por exemplo, dá-se a construção, manutenção ou a resignificação dos valores morais, das normas sexuais e de todo os significados relacionados às questões da sexualidade (FIGUEIRÓ apud MOLINA, 2013, p.492).

Os dois temas seguintes estão dentro do tema de história do Brasil, que também é uma área dentro do ensino de história muito negligenciada. Voltamos ao início do século XIX para falar da Maria Leopoldina da Áustria (1797-1826), que foi a primeira Imperatriz do Brasil. Falar de Dona Leopoldina é revivê-la enquanto uma mulher culta. Ainda jovem demonstrou interesse nos estudos de botânica e das ciências naturais, o que teria despertado-lhe a vontade de conhecer o Brasil. “Quando o marques de Marialva visitou pela primeira vez a arquiduquesa encontrou-a rodeada de mapas do Brasil e de livros que contém a história deste reino.” (PARTNER apud RIBEIRO, 2005, p. 4). Leopoldina desembarcou no Brasil ao lado de cientistas, naturalistas,

professores, médicos e intelectuais, compondo assim a Missão científica Austríaca. A contribuição científica e cultural durante os anos em que ela viveu no Brasil foi apagada dos livros e do ensino. A figura de Leopoldina sequer é conhecida entre as/os alunas/os, que confiam apenas aos grandes homens, os avanços científicos, intelectuais e artísticos da época. Em cima da imagem de mulher intelectual foi construída outra representação; a de uma D. Leopoldina feia, cercada de filhos e infeliz devido às constantes traições do marido D. Pedro I, com Domitila de Castro, a Marquesa de Santos.

Nosso objetivo é não apenas superar essa visão, mas também propor às/aos alunas/os pensarem por que D. Leopoldina foi esquecida. Essa iniciativa ajuda a desmistificar outras personagens femininas que não só participaram como tiveram papel crucial nos cursos da história na nossa história. Nessa oficina o documento previamente analisado será uma imagem: *Retrato de Dona Leopoldina de Habusburgo e seus filhos*, produzida em 1921, pelo pintor italiano Domenico Failutti. (1872-1923). O uso de imagens é muito recorrente no ensino de história, considerando que hoje os jovens são bombardeados por imagens dos mais diversos tipos, mas que nem sempre



1. FAILUTTI, Domenico. Retrato de Dona Leopoldina de Habusburgo e seus filhos, 1921. Óleo sobre tela. 233x 133. Museu Paulista.

eles têm a capacidade de compreender quais símbolos e representações compõem as imagens. Nos livros didáticos, lamentavelmente, quase sempre elas funcionam apenas como ilustrações. Pouco são as/os professoras/es que se empenham em problematizar as imagens juntamente com as/os alunas/os, pensando inclusive nos discursos que são vinculados por essas imagens sejam elas pinturas, fotografia, desenhos etc. No quadro que selecionamos vemos uma D. Leopoldina bem vestida, com penteado, jóias e um vestido digno de uma imperatriz. Sentada em uma poltrona ela segura o caçula cuidadosamente no colo e os demais filhos estão em volta dela, são crianças alegres e bem cuidadas. A cena toda se passa dentro de um ambiente doméstico, ao fundo é possível ver um quadro na parede, uma cômoda, o que sugere que a casa é confortável e luxuosa. A obra foi feita a no século XX, enquanto Maria Leopoldina viveu no Brasil durante o século XIX. Sendo assim é possível analisar a obra buscando entender que tipo de representação *a posteriore*, foi sendo construída sobre a Imperatriz Leopoldina. É interessante que as/os alunas/os entendam o conceito de enquanto “não uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de

reflexo, mas uma construção feita a partir dele.” (PESANVENTO apud BAPTISTA, 2012, p.2).

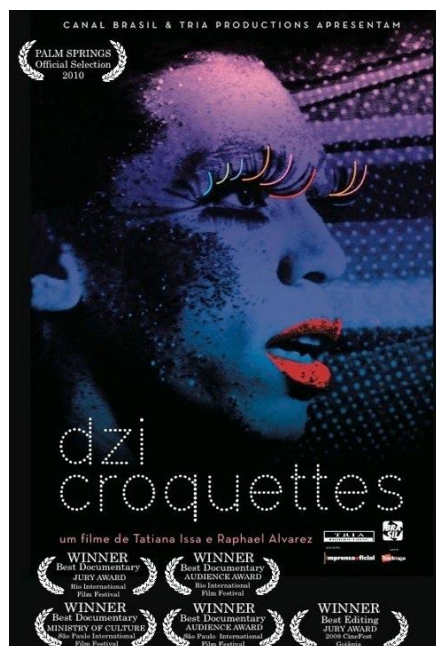
Será que Dona Leopoldina “reinou” apenas no lar?

Passou a vida toda restrita ao ambiente privado como indica a pintura?

Haveria outra forma de retrata-lá que não cercada dos filhos?

Essas e outras questões serão problematizadas e debatidas com as/os alunas/os a partir do quadro. E ao final a proposta é que as/os alunas/os façam espécie de releitura, ou nova representação da Maria Leopoldina, por meio de um desenho, pensando na sua trajetória não apenas como mãe, mas também como Imperatriz.

Ainda em história do Brasil remontamos aos difíceis anos de 1964 até 1985. A ditadura militar foi um assunto muito discutido recentemente em decorrência dos 50 anos do golpe. Olhando mais de perto, por trás das datas dos nomes e de todos os atos institucionais, penetrando fundo na repressão e na violência do regime vamos verificando a atuação política das mulheres e dos homossexuais. Sendo assim escolhemos falar sobre os Dzi Croquettes, um grupo de 13 rapazes que por meio do humor e da ironia buscavam criticar os padrões normativos, morais, e as instituições, como a Igreja, na medida em que brincavam com os tipos sociais e propunham novas formas de “existir”. A proposta revolucionária e irreverente desse grupo que promovia performances teatrais e musicais foi censurada pelo governo, mas isso não impediu que eles alcançassem fama internacional chegando até aos palcos da Broadway. Eles foram responsáveis também por influenciar outros grupos e pessoas conhecidas como as frenéticas e Ney Matogrosso. Essa extraordinária trajetória será apresentada às/aos alunas/os por meio de trechos



2. Poster de divulgação do documentário Dzi Croquettes.

do documentário Dzi Croquettes¹⁰ que será pensado como fonte de história oral, pois o documentário é composto pelo depoimento de pessoas que conheceram e conviveram com o trabalho dos Dzi Croquettes. O grupo de teve uma repercussão muito grande na época, mas hoje principalmente para os jovens que não viveram aquele momento o Dzi nunca existiu, o que evidência como a ditadura assim como a historiografia posterior cuidou não só em censurar, mas também apagar os vestígios dos Dzi Croquettes.

Isso por si só já é um motivo ímpar para colocar esse tema para dentro da sala de aula, pensando justamente no motivo deste silêncio. Se por um lado, nas discussões de gênero, cada vez mais se fala em mulheres e participação feminina, por outro, muito pouco ou quase nada se diz a respeito dos homossexuais. Se retornarmos ao Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás notaremos que nada é dito sobre homossexualidade ou diversidade sexual. É preciso pensar nesse silenciamento, estabelecendo um fluxo entre o passado e as questões do presente.

Essa relação presente/passado significa, também, indagarmos a respeito de como os temas investigados e os seus resultados são frutos de formulações e interpretações históricas, que indicam escolhas políticas e buscam questionar ou ratificar determinadas situações e ideias. Novos olhares e abordagens sobre as fontes e o seu confronto com as discussões historiográficas contemporâneas nos induzem a outras possibilidades de relações entre o feminino e o masculino e o modo de conceberem a sexualidade, além dessas vivenciadas na atualidade (FEITOSA, 2008,135).

Para cada um dos temas foi pensada uma oficina e um trabalho avaliativo. Essa avaliação, longe dos tradicionais questionários ou provas, é uma maneira informada e dinâmica de avaliar a/o aluna/o. Sobre sexo na antiguidade será estabelecido um jogo de palavras. Cada aluna/o deve escrever, separadamente, em um pequeno papel uma palavra que sintetize e descreva a impressão de cada um sobre os aspectos sexuais correspondentes a cada período retratado. Essas palavras serão colocadas em um recipiente e

¹⁰ DIZ CROQUETTES. Dirigido por Rafael Alvarez e Tatiana Issa. Brasil, 2009, 110min. Cor. Distribuído por Canal Brasil.

sorteadas, dessa maneira cada palavra selecionada será o ponto de partida para um debate, de forma que as/os alunas/os podem articular oralmente suas opiniões sem se sentirem expostos, ninguém precisa saber quem escreveu determinada palavra. A mesma atividade será repetida com o tema sexualidade na Idade Média.

Na oficina sobre D. Leopoldina será sugerido as/aos estudantes que elas/eles se imaginem como pintores da atualidade e façam uma releitura do quadro de D. Leopoldina, levando em considerações as informações apresentadas sobre a Imperatriz do Brasil. Por meio dessa atividade daremos às/aos alunas/os a oportunidade de “reescrever a história”, uma notável oportunidade de provocar entre os jovens a sensação de que a história pode e deve ser reescrita.

Sobre os Dzi Croquettes, elas/eles deverão escrever uma carta aberta direcionada aos Dzi Croquettes. É necessário que as/os alunas/os tenham a noção básica de como estruturar uma carta, o que demanda uma introdução rápida dialogando com a disciplina de redação, haja vista que em uma sociedade onde a comunicação é online, digitalizada e imediata, escrever uma carta é algo desconhecido e rudimentar para as/os alunas/os. Nessa carta eles tem a oportunidade de avaliar a performance dos Dzi Croquettes, de elogiar, criticar, avaliar e pontuar toda as possíveis contribuições e a importância que esse grupo alcançou. A ideia da carta permite que as/os alunas/os articulem as ideias selecionem os argumentos exercitem a escrita.

Considerações finais

A história tem muito a contribuir com uma educação não sexista. Os questionamentos sobre gênero, sexualidade, desigualdade, diferença, igualdade, que arrastam consigo também as atuais mudanças na forma de se pensar e produzir história precisam ser transpostos para dentro do universo escolar do cotidiano das/os alunas/os, garantindo que as/os alunas/os repensem a história, os conteúdos vinculados nos livros didáticos e transmitidos pelo professor. Conseqüentemente isso promove mudanças nas relações dos estudantes com essa disciplina cuja “utilidade”, é injustamente, colocada em cheque, várias vezes por ser comumente entendida “apenas” de

uma descrição única de fatos do passado a serem memorizados. Vale ressaltar, como defende Susane Rodrigues Oliveira, não se trata apenas colocar a mulher na história predominante e sim incluir a “história na perspectiva das mulheres” (2014). Os estudos de gênero desenvolvidos em diálogo com a história e a educação desempenham também o importante papel de problematizar as atuais relações humanas, rompendo com estereótipos e preconceitos, promovendo uma educação voltada para o respeito às diferenças. Introduzir na sala de aula novas sensibilidades e novas possibilidades de ler o mundo é promover uma história para a diversidade e uma educação para a liberdade.

BIBLIOGRAFIA.

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In. *Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica*. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED). Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004. p. 131-144.

BAPTISTA, Chirlaine Gomes da Silva. *A representação da Imagem como fonte Histórica nos estudos historiográficos e nas aulas de História do século XXI*. Anais VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver, Sentir, Narrar Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2012.

BERBERT JUNIOR, C. O. *A História, a Retórica e a crise dos paradigmas*. 1. ed. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2012. v. 1. 296p.

BRANT, Sebastian. *A Nau dos Insensatos*. Tradução de Karin Volobuef. São Paulo: Editora Octavo, 2010.

CAVACO, Lucinda Maria da Silva. *JUVENAL, SATVRAE Tipos e Vícios*. Dissertação de Mestrado em Literatura Latina - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – Lisboa, 2009.

DÉCIMO, Juvenal Júnio. *Sátiras*. Tradução de Francisco Antônio Martins Bastos. Editora Ediouro.

FEITOSA, Lourdes Condes. *Gênero e sexualidade no mundo romano: a antiguidade em nossos dias*. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 48/49, p. 119-135, 2008. Editora UFPR.

LOBERT, Rosemary. 2010. A Palavra Mágica: a vida cotidiana dos Dzi Croquettes. Campinas: Editora Unicamp. 296p. Resenha de: LACERDA, Paula. Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana. n.7, abr. 2011, pp.170-176.

LOURO, Guacira. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro. Vozes, 2011.

MOLINA, Luana Pagano Peres. *Gênero, sexualidade e ensino de história nas vozes de adolescentes*. Antíteses, v.6, n. 12, p. 489-525, jul./dez. 2013.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues. *Ensino de História das mulheres: reivindicações, currículos e potencialidades*. In: STEVES, Cristiane. OLIVEIRA, Susane. Et al. Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. *A Contribuição da Imperatriz Leopoldina à formação cultural Brasileira (1817-1826)*. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). *Gênero*. In: Novos temas em aulas de história. São Paulo. Contexto, 2009.

ROLIM, César Daniel de Assis. *A permanência de práticas pedagógicas tradicionais no ensino de história*. Ágora, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p.41 a 50, jan./jun. 2009.

SILVA, Cristiani Bereta da. *O saber histórico escolar sobre as mulheres e relações de gênero nos livros didáticos de história*. Caderno Espaço Feminino, v. 17, n. 01, Jan./Jul. 2007.

SCOOT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade. Porto alegre. v.15. n.2 , jul/dez, 1990. p.71-99.